

## Sociedade Civil, Mulheres, e Construção da Paz em Cabo Delgado



Lucie Calléja

2022

*Artigo não publicado*

## Introdução

O conflito na província de Cabo Delgado, localizada na região norte de Moçambique, constitui um enorme desafio de segurança que cativou atenção global, em particular desde o início de 2021. As insurreições terroristas comprometem a vida de centenas de milhares de pessoas<sup>1</sup> que se encontram em situações de profunda instabilidade e vulnerabilidade. Mais, esse contexto não só ameaça a economia moçambicana, os investimentos estrangeiros e a exploração de recursos naturais no país, bem como a estabilidade de toda a região sul-africana. A origem do conflito em Cabo Delgado tem raízes na intensificação da presença de extremismo violento islâmico na região e, em paralelo, num problema de governança que suscitou graves desafios sociais, incluindo marginalização económica, desemprego, abusos dos direitos humanos, pobreza e corrupção (McCandless, 2021). Apesar da grande riqueza em recursos naturais na região, Cabo Delgado regista dos mais baixos níveis de desenvolvimento humano no país, com uma vasta economia ilícita, incluindo tráfico de joias, animais, drogas e humanos (Global Data Lab, 2021). O envolvimento das autoridades locais nas atividades ilícitas intensifica as rebeliões e o sentimento de descrédito e desespero na população (McCandless, 2021). A ausência de um Estado forte, capaz de resolver os problemas sociais e servir os interesses dos cidadãos, condenou a população moçambicana a um ciclo de insegurança que levou à insurgência islamista em 2017. Segundo o Fragile States Index (FSI), a situação em Moçambique piorou significativamente nos últimos quinze anos: em 2008, Moçambique era considerado o 85º país mais frágil num total de 179 países, comparado com a 22ª posição em 2021 (Fragile State Index, 2021). Face a esse contexto de fragilidade, intervenções por parte da comunidade internacional, incluindo da União Europeia e da SADC visaram desbloquear e estabilizar a situação. Contudo, a violência persiste e intensifica-se. De acordo com a Vice-Presidente do International Crisis Group (ICG), torna-se essencial “promover o diálogo entre as Forças Armadas e as lideranças locais. Sem um diálogo inclusivo, dificilmente teremos este conflito terminado” (CDD, 2021). Nessa perspetiva, apesar de ser fundamental para combater o extremismo violento, as intervenções militares não constituem uma solução suficiente. Reconhecemos que a resolução do conflito e construção da paz em Cabo Delgado implica muito mais que uma resposta militar regional. Neste sentido, a valorização do aspeto local revela-se essencial para abordar a origem do conflito de maneira efetiva, precisa e abrangente. Mais precisamente, exploramos o papel das mulheres e das organizações da sociedade civil no conflito e na construção da paz em Cabo Delgado.

### **O Desafio da Violência Contra as Mulheres em Cabo Delgado**

As intervenções militares externas na região norte de Moçambique foram sistematicamente associadas a níveis de violência significativos. Vários casos registados de violação dos direitos humanos por parte das Forças de Defesa e Segurança (FDS) agravam acentuadamente a natural apreensão relativa à violência exercida contra a população no país (DW, 2021). O Observatório das Mulheres, uma plataforma composta por 17 organizações da sociedade civil defensores dos direitos das mulheres, manifestou preocupações relativas à intervenção de tropas externas em Moçambique para combater o extremismo violento (RFI, 2021). A organização pede mais esforços por parte do Estado moçambicano para a proteção das mulheres nos locais afetados por ataques terroristas (RFI, 2021). De facto, é necessário minimizar as consequências negativas que podem surgir com intervenções externas e valorizar os agentes da sociedade civil que constituem uma força intermediária na defesa dos direitos

---

<sup>1</sup> De acordo com o relatório da UE, há estimativas de 700 mil pessoas afetadas. O relatório está disponível em <https://ercportal.jrc.ec.europa.eu/ECHO-Products/Echo-Flash#/daily-flash-archive/4169>

humanos (DW, 2021). Neste contexto, é fundamental determinar as estratégias que permitem garantir uma resposta inclusiva ao terrorismo, que observe os padrões e normas de proteção de direitos humanos de mulheres e raparigas conforme o disposto na Resolução 1325 sobre ‘Mulheres, Paz e Segurança’. Na nossa perspetiva, o Estado tem um papel central na criação de um espaço dedicado às organizações da sociedade civil, para que possam mobilizar a população no combate contra os insurgentes e a adesão de jovens aos grupos terroristas. A sociedade civil deve ser considerada como uma aliada do governo para sensibilizar, educar e reconfortar as populações (DW, 2021).

Além disso, as especiais condições de vulnerabilidade e o papel das mulheres no conflito em Cabo Delgado não tem sido objeto de profunda reflexão (OMR, 2021a). Algumas iniciativas que visam uma análise e investigação específica da violência contra as mulheres no decorrer deste conflito, bem como vários programas de apoio e legislações que visam a sua proteção existem, mas é de destacar profundas lacunas de informação e estudo sobre a instrumentalização das mulheres como agentes de violência e de construção da paz no contexto do conflito em Cabo Delgado. Sublinhamos a importância de reconhecer que as mulheres não constituem um grupo homogêneo - em situações de conflito, apesar de serem geralmente consideradas como vítimas e tratadas como agentes meramente passivos, mulheres assumem também papéis de agressores e agentes da paz que são comumente ignorados ou subvalorizados. Neste contexto complexo que implica uma pluralidade de atores, parece-nos essencial analisar os diversos e multifacetados papéis das mulheres no conflito em Cabo Delgado.

Em primeiro lugar, as mulheres assumem uma posição fundamental nas dinâmicas e estratégias de violência e controle entre os grupos em confronto. As mulheres sofrem por diversos motivos, incluindo a morte dos seus parceiros, a integração destes nas zonas de conflito, mas também porque os seus corpos são usados como arma de guerra. Existem casos em que as mulheres são obrigadas a retirar a vida dos seus parceiros e membros das suas famílias (O. Loforte, comunicação pessoal, 11 maio de 2022). A violência exercida contra as mulheres integra várias formas, incluindo violência e tráfico sexual, agressões físicas, insegurança alimentar, destruição e roubo de património, negação de acesso à justiça, entre outros (OMR, 2021a). As diferentes expressões de opressão contra as mulheres produzem um desfasamento do poder na sociedade (OMR, 2021a). Segundo Julia Wachave, líder de organização da sociedade civil,

a violência baseada no género ainda constitui um tabu porque a questão do patriarcado está muito incorporada em Moçambique. Em Cabo Delgado, a maioria da população é muçulmana e as questões de tradição, de submissão da mulher e práticas culturais, são centrais. A mulher nem sabe que tem direitos. (J. Wachave, comunicação pessoal, 13 maio de 2022)

A entrevistada explicou que mesmo a zona norte do país sendo tradicionalmente matrilinear – onde a liderança feminina prevalece na sociedade –, a mulher geralmente decide algo que lhe foi instruído por um irmão ou um tio, mas raramente é pela sua própria voz.

De igual forma, por questões culturais, as mulheres que chegam nos campos de acolhimento não têm informação sobre os seus direitos para participar nos processos de decisão e costumam ficar afastadas (J. Wachave, comunicação pessoal, 13 maio de 2022). As mulheres deslocadas devido ao conflito encontram-se em condições de vida de extrema dificuldade e fragilidade. As zonas de acolhimento costumam transformar-se em setores concentrados de

humilhação e desumanização, onde as mulheres são marginalizadas e vítimas de violências sexuais. De acordo com a Associação para a Protecção da Mulher e Rapariga de Cabo Delgado (PROMURA), as mulheres e crianças que necessitam de apoio humanitário e psicossocial constituem 75% dos deslocados (CDD, 2021). A extrema violência do conflito aumenta a necessidade de tratamentos psicossociais dirigido às populações afetadas. Contudo, os programas de ajuda aos deslocados nos centros de acolhimento liderados por organizações da sociedade civil necessitam de um maior apoio das autoridades e de mais coordenação institucional entre os diversos atores envolvidos na assistência das vítimas (CDD, 2021). Neste sentido, uma testemunha afirma,

muitas vezes as listas de apoio humanitário chegam em nomes de homens porque entendem que são os homens que chefiam as famílias. Contudo, nesses campos, existem também mulheres chefes de família que não necessariamente têm um homem que possa ir lá receber os bens de apoio humanitário para as suas famílias. Essas mulheres são obrigadas a recorrer a outras chefias, através, por exemplo, de troca de favores sexuais para receber os bens. (O. Loforte, comunicação pessoal, 11 maio de 2022)

Em paralelo, apesar de existir um número crescente de denúncias de violência que alarga e sensibiliza a consciência pública sobre esta realidade, o acesso a informação sobre a crise humanitária e de insegurança na região é manifestamente insuficiente. Julie Wachave da Associação PROMURA tem apontado a necessidade urgente de reforçar a produção e acesso de informação sobre o nível de violência e as especiais situações de vulnerabilidade que afetam as mulheres durante o conflito, bem como promover iniciativas legislativas devotadas à prevenção e combate ao extremismo violento em Moçambique (CDD, 2021).

A diversidade de experiências, perspectivas e relações que cada mulher tem com o conflito demonstra a heterogeneidade de situações e de formas de atuação para sobreviver quando confrontadas com as suas condições particulares de extrema violência e instabilidade. De acordo com a Presidente da organização OPHENTA,

em relação ao conflito em Cabo Delgado, ao mesmo tempo que trabalham ao nível da resposta humanitária e sobre questões de alfabetismo, pobreza, e de influência da religião, as mulheres acabam também sendo colaboradoras de Al-Shabaab. [...] Muitas vezes, se o parceiro se conecta com qualquer rede, a mulher acaba também envolvida por conta do marido. (O. Loforte, comunicação pessoal, 11 maio de 2022)

Neste contexto, a influência do patriarcado está diretamente ligada com a restrição das mulheres nas tomadas de decisões sobre a gestão das suas próprias vidas. De facto, existe uma participação ativa de mulheres nas ações militares e na condução de ataques que não pode ser ignorada. As mulheres recrutadas são geralmente familiares de membros de grupos terroristas e constituem importantes agentes sociais para o recrutamento de novos membros (OMR, 2021a). A colaboração de mulheres com organizações rebeldes manifesta-se através de inúmeras formas, da mais passiva até a mais ativa, incluindo, por exemplo, a prestação de apoio a familiares machababos, acolhimento de rebeldes, espionagem do exército moçambicano, casamento voluntário com machababos, recrutamento de outras mulheres, confeção de alimentos para os rebeldes, participação nos ataques armados, entre outros (OMR, 2021a). A adesão de mulheres aos grupos terroristas pode ser motivada por razões de sobrevivência, oportunidades económicas, vingança ou genuína convicção na ideologia e objetivos estratégicos (OMR, 2021a). Neste sentido, a radicalização da sociedade também passa por

processos de radicalização direcionados especificamente a mulheres. Esse aspecto reforça a necessidade de definir e executar estratégias com vista à prevenção e combate à radicalização e ao recrutamento de mulheres para resolver o conflito em Cabo Delgado.

Um terceiro aspeto do conflito inclui o papel das mulheres como agentes de prevenção da violência e de construção da paz. Apesar de ser um assunto muito pouco documentado, é fundamental salientar que as mulheres têm a resiliência, capacidade e uma perspetiva valiosa no combate ao extremismo violento de várias formas, incluindo através da educação e da advocacia para o estabelecimento de normas que visam reduzir a violência baseada no género (OMR, 2021a). As mulheres necessitam de maior aprendizagem e conhecimento qualificado sobre questões de radicalização, para promover o conhecimento e cumprir um papel educativo fundamental nas suas comunidades. Também, considerando que o extremismo violento constitui um elemento contextualizado em função dos locais onde prolifera, as mulheres conseguem identificar os primeiros sinais, padrões e estratégias de radicalização dentro das suas comunidades (OMR, 2021a). Desta forma, as mulheres são agentes fundamentais na criação de laços estáveis e duradouros entre as comunidades, na denúncia de casos às autoridades policiais locais e no fomento de maior segurança. A ameaça terrorista representa um perigo para a paz e segurança no país que afeta diretamente a integridade das mulheres. Neste sentido, parece-nos essencial integrar a dimensão humana no processo de resolução do conflito. As mulheres e outros grupos marginalizados têm necessidades, interesses e prioridades que devem ser garantidos e promovidos. Neste contexto, o envolvimento e participação da sociedade civil - e grupos de mulheres especificamente - na gestão da crise e no processo de paz constitui uma condição fundamental para a prevenção e combate ao extremismo violento.

Os ‘acampamentos solidários’ são um exemplo relevante de uma iniciativa impulsionada por um grupo de mulheres com o objetivo de promover a solidariedade entre mulheres e refletir sobre as questões de paz e segurança na região. A iniciativa realiza-se nas comunidades, em tendas, escolas, ou locais para acomodar as mulheres e distribuir alimentação solidária. No entanto, os ‘acampamentos solidários’ encontram-se limitados devido à insegurança nas zonas de conflito e à falta de apoio das autoridades. Ao nível nacional, o desafio mais premente é a falta de oportunidade para a participação das mulheres no âmbito do plano nacional sobre a paz e a segurança e na implementação da Resolução 1325. As mulheres são raramente envolvidas nos processos de desmilitarização e, conseqüentemente, as suas necessidades são muitas vezes ignoradas (OMR, 2021b). A título de exemplo, os processos de desmilitarização não preveem compensação ou auxílio financeiro para colmatar as necessidades primárias de mulheres não-combatentes, incluindo o fornecimento de apoios para sustentar a perda de filhos, maridos e casas (OMR, 2021b). Na nossa perspetiva, os atores envolvidos na construção da paz devem coordenar-se de modo a articular soluções inclusivas e promover a participação direta das mulheres na formulação de estratégias de resolução de conflitos e em processos de paz. O reconhecimento, respeito e valorização mútuos entre atores é fundamental na implementação com sucesso destes processos.

Em 2021, a Diretora Executiva de UN Women, Phumzile Mlambo-Ngcuka, encontrou-se com líderes da sociedade civil em Moçambique para discutir a implementação da agenda sobre ‘Mulheres, Paz e Segurança’ no país e o atual processo de *peacebuilding*. Convocou mulheres líderes da sociedade civil e da esfera política para direcionar os esforços na advocacia de leis que protegem os direitos das mulheres bem como garantir a representatividade nas instituições públicas (UN Women, 2021). Em paralelo, as organizações de mulheres, grupos

religiosos e movimentos ativistas que visam a promover solidariedade e coesão social no país estão em crescimento. Desde o início da pandemia do COVID-19, as mulheres usam cada vez mais as tecnologias para dialogar e conectar (UN Women, 2021). Em abril 2021, o primeiro Observatório das Mulheres foi lançado por um coletivo de organizações de mulheres, constituindo um espaço de diálogo e reflexão sobre os direitos da mulher, as prioridades, e realidades no terreno. Essas plataformas permitem de reconhecer os obstáculos enfrentados pelas mulheres e raparigas no país, e demonstrar solidariedade com as comunidades vulneráveis devido à desintegração familiar e comunitária nas zonas de conflito. Segundo Myrta Kaulard, coordenadora da ONU em Moçambique, existem atualmente aproximadamente 800,000 pessoas deslocadas na província de Cabo Delgado, sendo uma vasta maioria de mulheres (UN Women, 2021).

Neste contexto, afirmamos que as mulheres e raparigas são atores fundamentais no conflito e que a sua participação nos processos de resolução do conflito e de construção da paz constitui uma condição fundamental para o desenvolvimento de uma paz estável e duradoura no país. Parece-nos ser essencial promover um diálogo sobre a paz na esfera familiar e comunitária de modo a fortalecer a integração e o empoderamento das mulheres e raparigas em Moçambique. De acordo com uma representante da sociedade civil, “as discussões de apoio político e militar poucas vezes envolvem mulheres, perante o entendimento que têm do processo de socialização que esses assuntos não são para serem discutidos por mulheres.” (O. Loforte, comunicação pessoal, 11 maio de 2022) As mulheres encontram-se restringidas pela falta de espaço para refletir sobre as suas necessidades e interesses. Neste contexto, a parte seguinte reconhece a importância das perspetivas locais do conflito que colocam as pessoas no centro do processo de resolução do conflito.

### **Uma Abordagem Centrada nas Pessoas, para uma Paz Inclusiva**

A agenda da ONU considera que manter a paz constitui um objetivo e desenvolve-se num processo que requer uma visão comum e alargada da sociedade, integrando iniciativas direcionadas para a prevenção da escalção, continuação e recorrência da violência (United Nations, Resolution 70/262)<sup>2</sup>. Esta abordagem em prol de uma paz duradoura foca no desenvolvimento de perspetivas nacionais e locais que oferecem respostas às causas estruturais do conflito. O extremismo violento tem raízes em profundos problemas de injustiça e opressão social, incluindo pobreza, desemprego e desigualdades, que favorecem o recrutamento, voluntário ou forçado para grupos violentos. Esse crescimento da violência causa destruição, violência generalizada, deslocação de pessoas, injustiça e desconfiança nas forças de segurança (OMR, 2021a). Aplicado à situação em Cabo Delgado, a inversão deste ciclo de violência implica a criação de um Estado forte que dedica e coordena esforços na resolução de problemas sociais, através da adoção de políticas variadas e de uma análise profunda dos elementos que motivam a adesão a grupos radicais.

A longo prazo, a estabilização da região depende da efetividade das medidas implementadas para responder aos desafios sociais e contrabalançar a dependência das comunidades locais na económica ilícita, profundamente integrada no setor informal em Moçambique (CILLIERS & Al., 2021). Uma abordagem centrada nos indivíduos garante uma perspetiva de desenvolvimento inclusivo que beneficiaria as comunidades locais. Por exemplo, as questões de governança dos recursos naturais parece ser central para garantir que as

---

<sup>2</sup> United Nations General Assembly, A/RES/70/262, 12 May 2016, available at <https://undocs.org/A/RES/70/262>

atividades mineiras beneficiem às comunidades. E apesar da existência de políticas que preveem a alocação de 2,75% das receitas do setor mineiro às comunidades locais, as queixas e preocupações permanecem relativamente à implementação efetiva destas medidas (McCandless, 2021). Assim, políticas de desenvolvimento inclusivo na região de Cabo Delgado irão reforçar a credibilidade do governo e garantir apoio popular (CILLIERS & Al., 2021).

A deterioração da situação em Cabo Delgado constitui uma chamada de atenção tanto para o governo moçambicano como para a comunidade internacional, que reafirma a importância da execução de políticas centradas nas pessoas e reitera o papel do governo como provedor de serviços à população (Sany, 2021). A prestação de serviços pode passar por políticas de descentralização favorecendo o envolvimento dos cidadãos e atores da sociedade civil, e através da alocação de recursos às autoridades locais (Sany, 2021). De acordo com a líder da organização PROMURA,

No governo, em todos os departamentos existem um regulamento, uma lei, uma norma, que deve chegar à comunidade. Nós, sociedade civil, somos aquele braço da comunidade. [...] Temos sessões de sensibilização para que as mulheres percebam que mesmo sendo na situação em que se encontram, não perdem os seus direitos. (J. Wachave, comunicação pessoal, 13 maio de 2022)

Desta forma, o reforço de modelos de descentralização permite alargar o envolvimento das estruturas locais nas quais as organizações associativas podem promover o diálogo e a participação social.

Na nossa opinião, a sociedade civil tem um papel essencial na criação de espaços de diálogo nas comunidades de modo a prevenir e enfrentar o fenómeno de radicalização ao nível local. Contudo, o Estado deve facilitar e promover essas iniciativas através de consultas com as comunidades, incluindo mulheres, jovens e grupos religiosos (CILLIERS & Al., 2021). As mulheres têm uma posição central na família, como veículo de narrativas pacíficas e de desradicalização, bem como uma capacidade de identificação de redes de recrutamento de grupos radicais. Neste sentido, a participação social e política das mulheres assume-se como fundamental. Paralelamente, a resolução da crise implica uma intensificação e investimento em esforços direcionados para o desenvolvimento económico e social, através da educação, de maneira a empoderar os jovens e evitar a reprodução de ciclos de pobreza geracional. Essas medidas são essenciais para garantir a segurança das populações, erradicar o extremismo violento e reforçar o suporte popular (OMR, 2021a).

O *Global Partnership for the Prevention of Armed Conflict* (GPPAC) constitui uma iniciativa regional liderada por uma coligação de atores da sociedade civil, que visa a definir uma estratégia coletiva regional com vista a combater o conflito em Cabo Delgado (GPPAC, 2021). Os atores locais estabelecem parcerias com entidades regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de modo a coordenar os diversos mecanismos de prevenção de conflitos e de construção da paz aos vários níveis, e produzir uma resposta coerente à crise em Moçambique (GPPAC, 2021). De acordo com a coligação, a resposta regional deve envolver as organizações da sociedade civil e as comunidades afetadas por questões de segurança. Mais, revela-se fundamental promover um diálogo inclusivo sobre o combate ao extremismo violento aos níveis locais, regionais e globais. Neste contexto, a coligação estabelece a necessidade de aumentar a quantidade de treinos e programas designados aos grupos vulneráveis, fortalecer as capacidades das organizações da sociedade civil e das comunidades, e mobilizar recursos financeiros adequados (GPPAC, 2021).

Outras iniciativas direcionadas para o fortalecimento da coesão social em Cabo Delgado inclui o programa iniciado pelo Centro Para Democracia e Desenvolvimento (CDD) no norte do país, para responder aos desafios do extremismo violento e criar um mecanismo de prevenção ao nível local, em parceria com o Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF) (OMR, 2021). Estas iniciativas têm como objetivo fazer do espaço cívico um espaço mais inclusivo que reforça o envolvimento das comunidades no setor da segurança e da paz.

Ao nível local, a organização da sociedade civil PROMURA tem coordenado várias iniciativas de assistência humanitária, apoio aos deslocados, capacitação, sensibilização, e advocacia sobre a agenda ‘Mulheres, Paz e Segurança’. Nos centros de acolhimento, a organização desenvolve programas de empoderamento das mulheres com ferramentas de gestão de pequenos negócios. Em relação à implementação da agenda ‘Mulheres, Paz e Segurança’, a Diretora Executiva da organização sublinha a falta de integração e coordenação entre os diferentes atores. A representante confessa,

Ao nível de Moçambique, precisamos de uma estrutura mais concisa, local, que se perceba e que inclui o acompanhamento da sociedade civil. É preciso haver uma estrutura de mediação do conflito que envolve o governo e a sociedade civil, que seja influente e que inclua as necessidades das mulheres e raparigas, e os interesses das pessoas que se deslocaram. (J. Wachave, comunicação pessoal, maio 2022)

A PROMURA desenvolve um “trabalho de formiga” para capacitar as mulheres ao nível do distrito, da província, das aldeias e dos comités. No âmbito de um programa de empoderamento em seis distritos, a organização capacitou 10 mulheres para responder à casos de VBG, com o objetivo de que essas 10 mulheres ativam outras 10 mulheres nas suas aldeias. De acordo com a nossa informante, o objetivo é permitir o desenvolvimento local através da construção de uma rede de sensibilização sobre a Agenda ‘Mulheres, Paz e Segurança’.

Nessa perspetiva, defendemos a necessidade de reconstruir a confiança entre o governo e a sociedade civil. Um envolvimento acrescido das comunidades e organizações da sociedade civil na resolução do conflito reforça uma abordagem participativa para o desenvolvimento da província de Cabo Delgado focada na assistência das pessoas afetadas pelo conflito (Sany, 2021).

Contudo, apesar do papel muito relevante dos atores locais na construção da paz, o espaço cívico encontra-se restringindo pela situação de insegurança na região (GPPAC, 2021). Segundo os entrevistados, as organizações da sociedade civil, principalmente as que focam nos direitos humanos das mulheres e raparigas, não têm capacidades e condições para estarem presentes nos encontros de paz e nos processos de decisão centralizados em Maputo. A falta de capacidade institucional e financeira das organizações da sociedade civil constitui um maior desafio, sendo que muitas vezes os parceiros implementam projetos e deixam as organizações sem ferramentas e estratégias de planos para prosseguir. Por outro lado, o espaço civil encontra-se limitado e frequentemente sujeito a ameaças e intimidações. De igual modo, os níveis de democracia em Moçambique caíram nos últimos dez anos. Entre 2006 e 2018, Moçambique passou da classificação de ‘regime híbrido’ para ‘regime autoritário’ no Democracy Index (The Economist Intelligence Unity, 2018). Casos de abusos sistemáticos de direitos humanos, incluindo violência contra ativistas e agentes da sociedade civil, são cada vez mais reportados. A sociedade civil encontra-se fragilizada devido à instabilidade no país, o controle da esfera política pelo Estado, e a existência de restrições à liberdade de imprensa, especialmente nas zonas de conflito no Norte do país (Pereira & Forquilha, 2020). Em Cabo Delgado, as



organizações da sociedade civil não conseguem implementar as suas atividades livremente, sejam de natureza humanitária ou de advocacia (Pereira & Forquilha, 2020).

Neste sentido, o diálogo político entre os atores da sociedade civil e o Estado não está suficientemente desenvolvido. As consultas com organizações da sociedade civil são frequentemente limitadas a questões específicas de saúde pública ou de pobreza, mas raramente integram negociações ou decisões. Em paralelo, as políticas de descentralização são muitas vezes ineficazes e agravadas devido à falta de participação efetiva das comunidades e da sociedade civil (McCandless, 2021). Nessa situação de instabilidade, existe uma falta de canais de comunicação, sinergias e coordenação entre as comunidades locais e as instituições formais do Estado. As questões socioeconómicas e humanitárias que constituem as fontes locais do problema devem ser abordadas com maior atenção através de um diálogo inclusivo e de maneira a manter uma maior segurança na região.

## **Conclusão**

As causas do extremismo violento são complexas e provêm de uma combinação de fatores de caráter político, económico, histórico e social. O extremismo violento constitui um sintoma de fragilidade do Estado e de falta de coesão social. Este fenómeno tem geralmente raízes em áreas marginalizadas, onde o Estado não tem a capacidade para responder de forma adequada às necessidades das comunidades locais. Os jovens com pouca esperança para o futuro são especificamente vulneráveis às ideologias extremistas, que transformam a insatisfação suscitada pela pobreza generalizada e falta de governança em ações de extrema violência. A emergência do extremismo violento demonstra a interdependência entre elementos considerados como ‘hard security’ (e.g., terrorismo) e ‘soft security’ (e.g., violação de direitos humanos, crises humanitárias, problemas de desenvolvimento socioeconómico). Neste contexto, além das respostas militares ao combate das insurgências, parece fundamental usar métodos inclusivos para resolver os desafios transversais. De facto, a cessação das rebeliões terroristas implica profundas mudanças estruturais. Neste sentido, reconhecemos a importância dos atores locais na construção da paz e na inclusão dos interesses das comunidades. A sociedade civil tem um papel de advocacia e de comunicação muito importante para articular os interesses dos grupos marginalizados, incluindo as mulheres, e integrá-los na agenda. As organizações locais são fundamentais para promover a coesão social e combater a falta de confiança no Estado e a propagação de narrativas radicais extremistas. Em concreto, reconhecemos a centralidade das mulheres na construção da paz em Moçambique, devido à sua posição na esfera familiar e comunitária. O nosso objetivo é promover uma abordagem da resolução do conflito em Cabo Delgado que visa intensificar o desenvolvimento de políticas nacionais inclusivas, participativas e coordenadas com as necessidades locais. Na nossa perspetiva, a implementação de medidas de resolução do conflito deve ocorrer através do reconhecimento das vozes locais como agentes essenciais na reconciliação entre as populações. A construção de uma paz duradoura e inclusiva em Cabo Delgado passa por uma participação ativa da sociedade civil nos processos de decisão em parceria com as instituições governamentais.

## Bibliografia

Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD). (2021). *Autoridades, sector privado e sociedade civil reconhecem importância do diálogo para resolução do conflito em Cabo Delgado*. [Accessed on November 25, 2021]. Available at [https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/NO-DEBATE-ORGANIZADO-PELO-CDD -Autoridades-sector-privado-e-sociedade-civil-reconhecem-importancia-do-dialogo-para-resolucao-do-conflito-em-Cabo-Delgado.pdf?fbclid=IwAR35CBquWUI7oCOBJy5CsDTtF9Dm62zQo5Ayts\\_iPpBBrYBMgL DQ0SyziPY](https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/NO-DEBATE-ORGANIZADO-PELO-CDD -Autoridades-sector-privado-e-sociedade-civil-reconhecem-importancia-do-dialogo-para-resolucao-do-conflito-em-Cabo-Delgado.pdf?fbclid=IwAR35CBquWUI7oCOBJy5CsDTtF9Dm62zQo5Ayts_iPpBBrYBMgL DQ0SyziPY)

Cilliers, J. & Al. (2021). *What would it take to stabilise Cabo Delgado?* [Accessed on November 25, 2021]. Available at <https://reliefweb.int/report/mozambique/what-would-it-take-stabilise-cabo-delgado>

DW. (2021). *Cabo Delgado: Que medidas para garantir o respeito pelos direitos humanos?* [Accessed on November 25, 2021]. Available at <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-que-medidas-para-garantir-o-respeito-pelos-direitos-humanos/a-58792235>

Fragile State Index. (2021). *Country Dashboard: Mozambique*. [Accessed on November 20, 2021]. Available at <https://fragilestatesindex.org/country-data/>

Global Data Lab. (2021). *Global Data Lab Area Profile Report*. [Accessed on November 20, 2021]. Available at <https://globaldatalab.org/profiles/region/MOZr102/>

Global Partnership for the Prevention of Armed Conflict (GPPAC). (2021). *The Growing Crisis in Mozambique: Local Peacebuilders Response*. [Accessed on November 23, 2021]. Available at <https://www.gppac.net/news/growing-crisis-mozambique-local-peacebuilders-response>

Homerin, J. (2005). *As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento*. [Accessed on November 25, 2021]

McCandless, E. (2021). *People-centred pathways to sustain peace in Cabo Delgado*. [Accessed on November 25, 2021]. Available at <https://www.accord.org.za/analysis/people-centred-pathways-to-sustain-peace-in-cabo-delgado/>

Observatório do Meio Rural (OMR). (2021). *Como está Cabo Delgado Webinar 14 – Estabilização Militar e Construção da Paz*. [Accessed on November 22, 2021]. Available at <https://omrmz.org/omrweb/estabilizacao-militar-e-construcao-da-paz-military-stabilization-and-peacebuindg/>

Observatório do Meio Rural (OMR). (2021a). *Como está Cabo Delgado Webinar 12 – Papéis das mulheres em contextos de violência*. [Accessed on November 22, 2021]. Available at <https://omrmz.org/omrweb/papeis-das-mulheres-em-contextos-de-violencia/>

Observatório do Meio Rural (OMR). (2021b). *Como está Cabo Delgado Webinar 7 – Desafios e Experiências na Construção da Paz*. [Accessed on November 22, 2021]. Available at <https://omrmz.org/omrweb/desafios-e-experiencias-na-construcao-da-paz/>

Pereira, C. & Forquilha, S. (2020). *Navigating Civic Spaces in Mozambique Baseline Report*. [Accessed on November 25, 2021]. Available at [https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/16563/NCS\\_Country\\_Baseline\\_Report\\_Mozambique\\_Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/16563/NCS_Country_Baseline_Report_Mozambique_Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

RFI. (2021). *Sociedade civil questiona-se sobre respeito dos direitos das mulheres em Cabo Delgado*. Accessed on November 20, 2021]. Available at <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20210717-sociedade-civil-questiona-se-sobre-respeito-dos-direitos-das-mulheres-em-cabo-delgado>

Sany, J. (2021). *Pathways to Peace in Mozambique*. [Accessed on November 23, 2021]. Available at <https://www.usip.org/publications/2021/05/pathways-peace-mozambique>

UN Women. (2021). *UN Women Executive Director visits Mozambique, calls for women's leadership in peacebuilding and ongoing humanitarian efforts, and bold commitments for the Generation Equality Forum*. [Accessed on November 22, 2021]. Available at <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2021/5/news-un-women-executive-director-visits-mozambique>